



DIREITO À CENTRALIDADE LÚDICA

Right to Playful Centrality

Edite Galote Carranza

Universidade São Judas Tadeu, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0223302717584477> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7807-8647>

E-mail: edite.galote.carranza@gmail.com

Trabalho enviado em 14 de junho de 2021 e aceito em 28 de setembro de 2021



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 14, N.04., 2022, p. 2668 - 2690.

Edite Galote Carranza

DOI: [10.12957/rdc.2022.60416](https://doi.org/10.12957/rdc.2022.60416) | ISSN 2317-7721

RESUMO

Este artigo tem como objetivo cotejar as transformações da Av. Paulista, tais como: banimento de veículos aos domingos, manifestações culturais e contraculturais, novos equipamentos culturais e ciclovia. Para tanto, os conceitos *Paidéia*, *Centralidade lúdica*, *Jogo*, *Homo ludens*, *Derivas*, *Construção de Situações*, *Vita activa*, *Direito à cidade*, *Mixofilia* e *Deambulação* serão discutidos no contexto da Revolução Cultural e Contracultural da década de 1960, bem como seu legado na Av. Paulista no século XXI. O estudo foi realizado no período de 2016-2019, quando foram realizadas diversas observações de campo, relatórios fotográficos e revisão documental em fontes bibliográficas transdisciplinares. O artigo discutiu o legado da Geração AI-5 ou Maio de 68 na teoria e práxis urbanas. Apresentou aspectos inovadores na fruição do espaço público e no urbano e mostrou a avenida como um exemplo de centralidade lúdica tão necessária às metrópoles.

PALAVRAS-CHAVE: cultura; contracultura; arquitetura; sustentabilidade; direito à cidade

ABSTRACT

This article aims to analyse the recent transformations of Avenida Paulista (Paulista avenue), in the city of São Paulo: banning the circulation of vehicles on Sundays, cultural and countercultural manifestations, new cultural equipment and bicycle path. To that end, the concepts of *Paideia*, *Playful centrality*, *Play*, *Homo-ludens*, *Drifts*, *Situation Construction*, *Vita activa*, *Right to the city*, *Mixofilia* and *Ambulation* will be revisited in the context of the Cultural and Countercultural Revolution of the 1960s and its legacy on avenue. The study was conducted from 2016-2019, when several field observations, photographic reports and documentary review were carried out in transdisciplinary bibliographic sources. The article discussed the legacy of Generation AI-5 or May 68 in theory and urban praxis. It presented some innovative aspects in the enjoyment of public space and urban play and showed the avenue like an example of *playful centrality* so necessary for metropolises.

KEYWORDS: culture; counterculture; architecture; sustainability; righttothecity



Introdução: a avenida *palimpsesto*

A Av. Paulista foi inaugurada em 1891 com características muito distintas das demais ruas da cidade daquela época. Idealizada por Joaquim E. de Lima (1845-1902), ela foi projetada com três vias - uma destinada aos bondes, outra para as carruagens e a terceira para cavaleiros - separadas por canteiros de magnólias e plátanos. Na extremidade oeste da avenida foi construído um belvedere com vistas para o córrego Sumaré e, na porção central, outro com vistas para a Av. Nove de Julho e centro da cidade (PIMENTEL;CARRANZA, 2020).

Endereço da elite paulistana, a Av. Paulista logo foi tomada por Palacetes Paulistanos projetados por engenheiros-arquitetos dentro do espírito *beax art*. Além de se consolidar como o lugar residencial, ela se tornou uma atração turística na cidade, com excursões de “bonde de burro” para apreciar a novidade ou para assistir aos desfiles de corsos carnavalescos, além de lugar de encontro nos requintados bailes no Belvedere projetado por Ramos de Azevedo (TOLEDO, 1997, p.12).

O Plano de Lima de seguiu o modelo parisiense de George-Eugène Haussmann (1850-1860) - grandes avenidas, bulevares arborizados e parques para se desfrutar do ar livre. Embora o Plano incentivasse o desfrute do espaço público, de fato, materializou a “cidade burguesa” de estratégia segregacionista que destinou o melhor espaço público à pequena parcela de cidadãos privilegiados. O Plano estava em sincronicidade com as práticas do Urbanismo científico, que se consolidaram a partir de meados do Século XIX, e que priorizou o valor de troca em detrimento ao valor de uso das cidades ocidentais. Contudo, o Plano de Lima rompia parcialmente com a tradição do Brasil Colonial e Imperial em que a rua era o “lugar do mu’leke”¹. Segundo Freyre, o moleque não era o menino branco dos sobrados ou os sinhozinhos das casas-grandes, mas o menino vindo dos *mucambos*, que pertencia à plebe e vivia nas ruas (FREYRE, 2004, p. 151). Ainda segundo Freyre, transitar nas ruas brasileiras até o início do século XIX tinha “seu quê de aventura”, pois era prudente sair “com um escravo, levando a luz de azeite de peixe que *alumiasse* o caminho, a rua esburacada, o beco sujo” (FREYRE, 2004, p. 146). Na tradição brasileira, portanto, a rua não era um lugar seguro para mulheres e meninos de família desacompanhados.

No decorrer do século XX, a avenida foi se transformando radicalmente e o valor de troca imperou. Os palacetes deram lugar a novos edifícios verticais – residenciais e depois corporativos - representativos da arquitetura moderna paulista, dentro do amplo processo de verticalização e crescimento da cidade. No lugar do Belvedere central, foi construído o Museu de Arte de São Paulo (MASP) por iniciativa do casal Lina Bo e Pietro Maria Bardi e de Assis Chateaubriand. Lina Bo concebeu

o MASP respeitando a condição de que fosse preservada a vista para o centro da cidade, a qual fora imposta por Lima no ato de doação do terreno à Prefeitura. O resultado foi a concepção do vão livre do MASP, que seria um lugar projetado para ser inclusivo e lúdico como demonstram dos desenhos de concepção da arquiteta. Inaugurado em 1968, em cerimônia que contou com a presença da rainha Elizabeth II, o MASP logo se tornaria o epicentro da cultura erudita da cidade. Ao final daquele ano, contudo, o vão livre não pode mais ser desfrutado como imaginara a arquiteta.

Com o Ato Institucional nº 5 o Regime Militar determinou: “artigo 3º. proibição de atividades e manifestações sobre assuntos de natureza política”. Dessa forma, tem início uma onda de punições “reforçando a sensação de fechamento de um espaço público” e “fazendo com que a repressão se tornasse mais direta e ampla” (NAPOLITANO, 2014, 215). Como resultado, os jovens do Movimento Estudantil à época cessaram seus protestos e o silêncio se instaurou nas ruas brasileiras até a redemocratização do país em 1985.

Após a promulgação da Constituição Cidadã (1988) e durante a prefeitura de Luiza Erundina (1989-1992), a Secretaria Municipal de Cultura promoveu o Projeto Som do Meio-dia no vão livre do MASP, que apresentou a vanguarda da música popular. Dentre os artistas que se apresentaram em 1992, a cantora Daniela Mercury reuniu cerca de 20 mil espectadores que fecharam o trânsito da avenida. Naquele ano, o vão livre do MASP também foi tomado pelo Movimento Estudantil dos “Caras Pintadas”, durante os protestos pelo *impeachment* de Fernando Collor. Naquele ano, a rua voltou a ser o lugar do exercício da cidadania.

Em 2016, a Av. Paulista iniciou um processo de grande transformação ao se integrar ao programa Ruas Abertas, fruto da Lei 16.607/2016, cujo Art. 2º determina o uso temporário de vias públicas para atividades de lazer, esporte e cultura (SÃO PAULO, 2016). A efervescência cultural da avenida, que concentra considerável número de espaços públicos e privados destinados às atividades educativas, culturais, de lazer e entretenimento, foi potencializada com o programa Ruas Abertas e o fechamento do trânsito de veículos, pois foi transformada no lugar da sustentabilidade social da cidade – aqui entendida como ações para melhoria da qualidade de vida, diminuição das desigualdades, ampliação de direitos e cidadania. Dessa forma, a avenida segue a tendência internacional de ampliar a “caminhabilidade” e o ciclismo dos grandes centros objetivando três aspectos: prosperidade, saúde e sustentabilidade (SPECK, 2017, p.173).

A Av. Paulista do século XXI possibilita diversas maneiras de fruição do espaço público quando aberta: ciclismo, caminhada, dança, apresentações de música, *happenings*, apresentações circenses, brincadeiras diversas (roda, bambolê, amarelinha e bolhas de sabão), ginástica em grupo, roda de capoeira, que se somaram aos já consagrados festejos, como corrida de São Silvestre, *Réveillon*, e

desfiles da diversidade LGBTQIA+. Simbolicamente, a Av. Paulista se tornou o espaço “da atividade ação” no domínio público, aqui no sentido de Hannah Arendt.

Sobre a complexidade de eventos da avenida do século XXI, pretende-se discutir aqui algumas questões: A geração de 1968 teria deixado um legado na forma de discutir, exigir e fruir o espaço público? A avenida seria o lugar para o *Homo ludens* praticar o *jogo urbano*, na perspectiva de Johan Huizinga? A avenida seria a *Centralidade lúdica* onde os cidadãos poderiam praticar o *Teatro espontâneo* e o *Direito à cidade*, na perspectiva de Henri Lefebvre? A avenida estaria repleta de *Situações* em que seria possível praticar *Derivas* aos domingos, na perspectiva da Internacional Situacionista? Na Av. Paulista, seria possível *Deambular* como prática estética na perspectiva de Francesco Careri? As transformações recentes da avenida seriam adequadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 Global?

Do legado da geração de 1968

1968 é um marco histórico ocidental, quando a cultura jovem global se tornou a matriz da Revolução Cultural e Contracultural no seu sentido mais amplo. Naquela época, o entendimento sobre a juventude, como sendo apenas um estágio intermediário entre a infância e a fase adulta, se altera para a compreensão de “uma fase com identidade e autonomia, dentro de uma estrutura familiar em franca transformação” (HOBSBAWM, 2005, p. 316) e a perspectiva de direitos dessa faixa etária. Para o entendimento do significado da Revolução Cultural e Contracultural da denominada geração *babyboom*, faremos um breve desvio a fim de ampliar o entendimento de dois conceitos: cultura e contracultura.

Jaeger (2001, p.8) afirma que “os gregos foram os criadores da ideia de cultura” sob o conceito grego originário: Paideia. Para ele, a Paideia é o conceito fundamental da formação do homem grego e representa sua totalidade criadora e completa: “não se pode evitar o emprego de expressões modernas como civilização, cultura, tradição, literatura ou educação; nenhuma delas, porém, coincide realmente com o que os Gregos entendiam por Paidéia” e completa, que sem a concepção “de cultura não teria existido a Antiguidade como unidade histórica, nem o mundo da cultura ocidental (JAEGER, 2001, p. 9).

Para a Antropologia, a cultura é definida como visão de mundo, pois “o homem vê o mundo através de sua cultura” e ela é o resultado da “dinâmica do próprio sistema cultural” ou de intercâmbios com outros sistemas culturais. Além disso, a cultura sempre passa por contínua mudança interna e pode sofrer acelerado processo de transformação em função de eventos traumáticos, como

catástrofes ou guerras (LARAIA, 2000, p. 101). Portanto, a Revolução Cultural e Contracultural dos anos 1960, estariam intimamente relacionadas às tensões geradas pela Guerra Fria, entre as superpotências EUA e URSS, devido às ameaças de um conflito nuclear. Em relação à cultura brasileira, o evento traumático seria a implantação do Regime Militar (1964-1984).

A Sociologia entende a cultura como a maneira de ser, pensar e agir de determinado grupo social e que, em sociedades complexas, coexistem diversas faixas culturais: cultura da juventude, cultura erudita, cultura popular, subculturas e contracultura (OUTHWAITE, BOTTOMORE, 1996, p. 326). A cultura da juventude possui duas alas, que contestam a cultura adulta: a primeira não “representa um rompimento marcante com a sociedade adulta, mas gira em torno da adoção de certas ondas, modas, buscas de lazer e estilos de vida”; a segunda é contracultural, com posturas, modas e comportamento que contestam frontalmente a cultura adulta (BRAUNGART, 1996, p. 167).

Para o sociólogo Rozsak (1972, p.48), a década de 1960 marca o surgimento da Contracultura² norte americana, em decorrência de uma convergência de fatores: tensões geradas pela Guerra Fria; o controle tecnocrático da sociedade; a abundância econômica em detrimento da desigualdade social; o segregacionismo étnico; a insatisfação geracional devido ao crescimento demográfico da juventude; a ampliação dos horizontes teóricos a partir da ampliação do acesso dos jovens à Universidade; o pacifismo e o hedonismo.

Na interpretação do filósofo Herbert Marcuse (1966, p. 85), aquela década marca o surgimento de um “novo” tipo humano com “consciência para a felicidade, que não precisaria ganhar a vida, mas que pode verdadeiramente gozar a vida” são homens “libertos de toda propaganda, doutrinação e manipulação, capazes de conhecer e compreender os fatos e de avaliar as alternativas”. Este “novo” tipo humano empreenderia a “grande recusa” aos valores da sociedade afluenta, em busca de alternativas qualitativas de vida, pois segundo Marcuse (2001, p. 94): “a pacificação da luta pela existência, a redefinição do trabalho como livre realização das necessidades e das disposições dos homens pressupõem não apenas instituições diferentes, mas também homens essencialmente diferentes”.

O filósofo e sociólogo Henri Lefebvre, que corrobora a opinião de Marcuse, analisa que o “homem novo” seria o resultado da sociedade urbana: “um novo caminho se abre, o da sociedade urbana e do humano como obra nessa sociedade que seria obra e não produtor [...] homens urbano, polivalente, poli sensorial, capa de relações complexas e transparentes com o mundo” (LEFEBVRE, 1969, p. 99).

Roszak, Marcuse e Lefebvre analisam o surgimento do “novo” homem integrante da nascente sociedade pós-industrial, que é diferente do *homo faber* da sociedade industrial e que reivindica outros direitos à cidadania. Na definição da cientista política Hannah Arendt (2016, p. 378), o *homo faber* foi regido pela filosofia do utilitarismo sistemático, fruto da “convicção de que qualquer assunto pode ser resolvido e qualquer motivação humana reduzida ao princípio da utilidade”; e que tal convicção teria gerado ausência de significados, reificação, perda na *vita activa* e da ação. Arendt (2016, p. 9) afirma que: “a ação, única atividade que ocorre diretamente entre os homens, sem a mediação as coisas ou da matéria, corresponde condição humana da pluralidade” e ela (a ação) necessariamente acontece no domínio público fora do lar (2016, p. 40). Ainda segundo Arendt, foi na *polis* da Grécia Antiga que teve início a diferenciação entre as esferas pública e privada:

A pólis diferenciava-se do lar pelo fato de somente conhecer ‘iguais’, ao passo que o lar o centro da mais severa desigualdade. Ser livre significava ao mesmo tempo não estar sujeito às necessidades da vida nem ao comando do outro e também não comandar. Significava nem governar nem ser governado.” (ARENDR, 2016, p. 39)

A diferença entre as duas esferas da vida foi definida conjuntamente com a cultura ocidental, na evolução da *polis* conforme Jaeger:

Na medida em que o engloba no seu cosmos político, o Estado dá ao homem, ao lado da vida privada, uma espécie de segunda existência, o βίος πολιτικός (político da vida). Todos pertencem a duas ordens de existência, e na vida do cidadão há distinção rigorosa entre que lhe é próprio (ιδίον) e o que é comum (κοινόν). O homem não é só ‘idiota’; é “político” também. Precisa ter, ao lado da habilidade profissional, uma virtude cívica genérica [...] pela qual se põe em relações de cooperação e de inteligência com os outros, no espaço vital da *polis*. (JAEGER, 2001, p. 144)

Concluindo, o “novo” homem - jovem, urbano e universitário da geração de 1968-, questionou o *status quo* para ter direito à *vita activa*; e ele se manifestou sincronicamente em diversos países (SAMUEL, 1968), no domínio público: a rua.

Dos legados do Maio de 68³ e do grupo Provo

O Maio de 68 francês teria aberto uma “brecha” na sociedade ocidental quando o “espírito do tempo” mudou, pois a sociedade ocidental dos países industrialmente avançados desejava “viver fora dos ritmos artificiais da cidade, da fábrica, do escritório”, segundo o filósofo Edgar Morin (2008, p. 34).

Foi entre os universitários franceses que a “brecha” começou a ser aberta, em parte pela divulgação das ideias do filósofo Marcuse expressas em *Ideologia da sociedade industrial*, 1967. Para



o sociólogo Lefebvre (1968) a presença de Marcuse em Paris “nos meados de maio” e todas as “movimentações e operações ideológicas” em torno dele, foram fundamentais para a crítica ao homem unidimensional da sociedade industrial. Lefebvre destaca que a revolta dos estudantes do Maio de 68 foi o resultado da “segregação espacial e social” dos alunos em relação à centralidade urbana, devido ao isolamento, uma vez que as Universidades de Strasbourg e Nanterre estavam localizadas no subúrbio.

O Maio de 68 foi um movimento complexo e possui inúmeras interpretações, a saber: complô subversivo da esquerda; crise da Universidade de “massa”; revolta geracional; crise da civilização ocidental; conflito de classes, crise política da V República (FERRY; RENAUT, 1988, p. 12). Em termos marcuseanos, o Maio de 68 foi evento “pluridimensional”, pois catalisou uma série de desejos juvenis imbricados: revolução socialista; recusa em integrar a sociedade industrial; desejo de maior liberdade; valorização da subjetividade (CARRANZA, 2018). Na interpretação de Morin (2018, p. 17), o Maio de 68 abriu “a brecha” na sociedade ocidental.

Um dos principais legados do Maio de 68 na Universidade foi o fim do sistema de educação *Beaux-Arts* no ensino da arquitetura e urbanismo. Para os reformadores, a cidade deveria ser entendida como uma “criação” e “síntese coletiva”, assim o estudo urbano deveria ser “parte do sistema da Universidade permitindo-lhe juntar campos de pesquisa afins, como Urbanismo, Sociologia, História e Filosofia” (BUCKLEY, 2011, p.11).

Embora o Maio de 68 tenha sido o marco simbólico das reivindicações daquela geração, a “brecha” na sociedade ocidental começou a ser aberta, de fato, dois anos antes. O movimento juvenil francês começou a ser gestado na Universidade de Nanterre no denominado “Escândalo de Strasbourg”, com o *happening* de cartazes e a divulgação do texto manifesto: “A miséria do meio estudantil – Considerado em Seus aspectos Econômico, Político, Psicológico, Sexual e mais Particularmente Intelectual e Sobre Alguns Meios para Remediá-la”, de Mustapha (KHAYATI, 2002, p.29). Khayati foi um dos líderes daquele escândalo, membro do Conselho pela Manutenção das Ocupações à Universidade de Sorbone no Maio de 68 e, também, integrante da Internacional Situacionista (I.S.). O “Escândalo de Strasbourg” teria sido a inspiração do grupo contracultural holandês Provo em suas ações.

O Provo nasceu da iniciativa de Robert Jasper Grootveld que, por discordar da ilegalidade do uso da cannabis, criou um *happening* contra a indústria de tabaco. Realizado semanalmente, o *happening* tinha como alvo a escultura Moleque de Rua (doada pela indústria de tabaco) e culminava com o incêndio de uma guirlanda. Provo era um coletivo (em termos atuais) formado por arquitetos, poetas, designer, filósofos e feministas, que elegeu a cidade como tema. O Provo trouxe inúmeros

Planos alternativos para a cidade, sendo o mais conhecido deles o “Plano bicicletas brancas”, cujo objetivo seria banir os carros do centro histórico mediante uso de bicicletas compartilhadas. O Provo argumentava que os automóveis eram “caixas de ostentação de status” e que produziam muita poluição e acidentes fatais” (GUARNACCIA, 2001, p. 75). Em 1965, o coletivo lançou a revista PROVO, onde eram publicados os Planos Brancos, projetos e ensaios. Como por exemplo, o ensaio *New Babylon: o mundo do Homo Ludens* (1966), do arquiteto Anton Constant Nieuwenhuys, membro da Internacional Situacionista. O Provo elegeu a cidade de Amsterdã como seu lugar da ação (aqui no sentido de Arendt) e marcou presença nos primórdios do Ecologismo, deixando como legado a visão alternativa de mundo que ultrapassou fronteiras e influenciou os jovens franceses do Maio de 68 e da *New Left* norte americana, por exemplo. O Plano Bicicletas brancas do Provo teve longevidade e inspirou propostas semelhantes nas cidades de Lyon (1975), Paris (2007) e São Paulo (2015) na ciclovia da Av. Paulista (2015).

Do legado da Internacional Situacionista (I.S.): *Derivas, Situações e Homo ludens*

A I.S. era um coletivo político-cultural formado por jovens pintores, músicos, escritores e arquitetos e liderados pelo casal Guy Debord, Michele Bernestein e o arquiteto holandês Anton Constant Nieuwenhuys. A I.S. elegeu a cidade para realizar a Revolução (aqui entendida em termos marxistas), com propostas utópicas, lúdicas e engajadas, tendo como resultados práticos ações baseadas nos seguintes conceitos: *Deriva*, um vagar sem rumo que desvelaria as emoções dos bairros de Paris; *Psicogeografia*, o resgate da memória afetiva dos espaços urbanos; *Situações*, uma espécie de jogo urbano que utiliza as artes para a construção de ambiências e resgatar o conteúdo psicológico dos espaços urbanos; *Urbanismo Unitário* que seria uma nova forma de planejar a cidade como um todo integrado e com a participação ativa do usuário; *Detournement*, uma atitude de apropriar-se de textos, imagens, obras, fotos, a fim de lhe conferir novos significados ao espaço urbano (CARRANZA, 2013, p. 88).

Em sincronidade com outros teóricos críticos às práticas do Urbanismo Moderno, a I.S. repudiou a cidade funcional da Carta de Atenas, documento dos CIAMs (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna), pois defendia que a cidade seria a expressão da criatividade coletiva e, portanto, não poderia ser planejada por um único indivíduo. Para I.S., seria importante pensar no ambiente psicológico e em ambiências completas da cidade ao invés da cidade dividida por funções: “Os funcionalistas ignoraram a função do ambiente psicológico.... o aspecto das construções e objetos que nos rodeiam tem uma função independente de sua utilização prática”⁴ (DEBORD, 1996, p. 232). A



I.S. estaria buscando resgatar significados do patrimônio material e imaterial urbano além de pensar em novas formas de usufruir o espaço público e criaram os conceitos: construir *Situações e Derivas*. O primeiro refere-se à criação de um elemento novo do espaço que pode transformar a maneira como o espaço é vivenciado; o segundo refere-se a forma de se caminhar pela cidade, sem rumo definido, apenas para poder sentir as experiências que o espaço propicia. As ideias e ideais da I.S. foram divulgadas através da revista *Potlatch*⁵, nome derivado de um ritual ameríndio descrito pelo filósofo e historiador Johan Huizinga (1872-1945), que foi uma das referências do grupo.

Em *Homo Ludens o jogo como elemento da cultura* (2010), Huizinga define o jogo como um elemento primordial do ser humano, pois o *Jogo*⁶ - ou seja, brincar e jogar simultaneamente, no sentido mais próximo do divertimento, prazer, agrado ou alegria em nossa língua-, é um elemento que antecede a cultura na forma que entendemos hoje (HUIZINGA, 2010, p. 6). O jogo é distinto de todas outras formas de pensamento porque “antes de mais nada é uma atividade voluntária”, cujas principais características seriam: a liberdade e ausência de obrigações ou ordens; o jogo tem um tempo determinado para a ação, ou seja, é um intervalo da vida cotidiana que “torna-se uma necessidade tanto para o indivíduo, como função vital quanto para a sociedade [...] devido a seu valor expressivo, a suas associações espirituais e sociais, em resumo, como função cultural” (HUIZINGA, 2010, p. 10). Ainda segundo Huizinga, o jogo é uma atividade que se desenrola em intervalo de tempo determinado e em um lugar determinado e, portanto, seria a “suspensão temporária da vida social normal” (HUIZINGA, 2010 p. 13). Em síntese, é no jogo que se desenvolve a atividade lúdica e o lúdico é um elemento que está “por detrás dos fenômenos culturais” das civilizações (HUIZINGA, 2010, p.54). Huizinga identifica o jogo na matriz da cultura ocidental: “na cultura helênica; onde havia diferenciação entre jogo no sentido de paidia (παῖδια) – brincadeiras infantis, fundamentais para a formação da criança-, e jogo no sentido de agon (ἄγων) jogos de competição e de reunião na ágora (τῶρα)” (HUIZINGA, 2001, p. 56) fundamentais para a formação do adulto (aqui no sentido da Paideia grega). No Império Romano, devido à “importância atribuída à função lúdica pela cultura romana”, as cidades novas sempre contavam com anfiteatros (HUIZINGA, 2001, p. 198). Ao estudar a presença o jogo no decorrer dos séculos, Huizinga destaca a decadência do sentido lúdico na cultura ocidental a partir do século XIX, devido ao controle, organização e novas formas de trabalho e lazer da sociedade industrial (HUIZINGA, 2001, p. 217). Portanto, as manifestações juvenis dos anos 1960, que vimos anteriormente, podem ser entendidas como jogos urbanos pois resgatam o sentido lúdico intrínseco nos fenômenos culturais.

Do legado do Grupo Utopie: Centralidade lúdica e Direito à cidade

Um dos legados do Maio de 68 na Universidade foi o fim do sistema de educação Beaux-Arts como vimos. Entre os reformadores, estavam os integrantes do Grupo Utopie (ou um coletivo utilizando a terminologia recente) formado por arquitetos, filósofos e sociólogos entre eles Jean-Paul Jungmann, Jean Baudrillard e Henri Lefebvre. O Utopie editou a revista *Utopie: Sociologie de l'urbain* (1967-1978), com escritos político-filosóficos, críticas ao *establishment* arquitetônico, às propostas racionais e tecnocráticas do urbanismo moderno, à sociedade de consumo e temas relacionados ao feminismo e vanguardas artísticas.

Lefebvre era membro do Utopie quando escreveu o ensaio: *Direito à cidade (Le droit à la ville)*; obra seminal para teoria crítica do urbanismo do século XX. Ao analisar o cotidiano, os momentos, a festa e a cultura urbana, Lefebvre definiu o conceito *Centralidade lúdica* que critica o Urbanismo Moderno a partir do entendimento do “valor de uso” da cidade em detrimento ao seu “valor de troca”. Crítica que ecoa até os dias atuais entre estudiosos do planejamento urbano:

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade. (LEFEBVRE, 1969, p. 124)

Constatamos pontos de contato entre os conceitos “centralidade lúdica” e “espaço lúdico” de Lefebvre em relação ao conceito “jogo” de Huizinga; e podemos supor que, considerando a proximidade de Lefebvre com a I.S., que o livro *Homo Ludens o jogo como elemento da cultura* tenha sido uma das referências de Lefebvre para a construção do conceito “espaço lúdico”.

Para Lefebvre (1969, p. 122-123) o espaço lúdico “coexistiu e coexiste ainda com espaços de trocas e de circulação, como o espaço político, com o espaço cultural”, ou seja, o lúdico está presente onde o “teatro espontâneo” acontece: o centro urbano. Portanto, Lefebvre entende o lúdico como um dado presente nas culturas (como anteviu Huizinga) e que deve ser tomado na sua acepção mais ampla:

Donde tirar o princípio da reunião e do conteúdo? Do lúdico. O termo deve ser tomado aqui na sua acepção mais ampla e no seu sentido mais “profundo”. O esporte é lúdico, o teatro também, de modo mais ativo e mais participante que o cinema [...] Quanto aos antigos lugares de reunião, em grande parte perderam seu sentido: a festa, que perece ou se afasta deles. O fato de eles reencontrarem um sentido não impede a criação de lugares apropriados à festa renovada, essencialmente ligada à invenção lúdica. (LEFEBVRE, 1968, p.131).

Na perspectiva de Lefebvre, o espaço lúdico integra os direitos à cidadania, urbanidade constituindo-se um direito inalienável à vida comunitária na cidade. Segundo Harvey (2014, p.60) o legado dos anos 1960 foi outra forma de entender a cidade, na medida em que “procuraram definir um modo de vida urbana diferente daquele que lhes vinha sendo imposto pelos empreiteiros capitalistas e pelo Estado”. Hobsbawm (1995, p. 280) entende que, nos países industrialmente mais avançados, o legado dos movimentos juvenis foi mais cultural e nos países do terceiro mundo o significado foi mais político; este foi o caso do Movimento Estudantil brasileiro como veremos a seguir.

Podemos concluir que, o legado da geração 1968 foi uma visão alternativa e contracultural de mundo, a qual questiona energicamente o *status quo* e os valores da sociedade industrial. Em relação à cidade, o legado do Utopie e de Lefebvre, referem-se a inversão de prioridade do valor da cidade – de troca para uso – além da valoração do urbano como espaço de fruição lúdica para o cidadão, independentemente de sua classe social.

Do legado da Geração AI-5: a rua como lugar do moleque

Nos anos sessenta, a cultura jovem brasileira estava em franca ebulição: Cinema Novo, Teatro de Arena, Teatro Oficina e Movimento Estudantil União Nacional dos Estudantes, entre outros. Em sincronicidade com o cenário internacional, o Movimento Estudantil brasileiro enfrentou um momento político crítico de repressão e censura a partir de 1968 (HABERT, 1996, p.31). Naquele ano, os estudantes saíram às ruas em passeatas no Rio de Janeiro e São Paulo, em protestos contra o arbítrio das medidas do Regime Militar para as Universidades. Com o acirramento das tensões, houve confrontos entre cavalaria, estudantes e sacerdotes em frente à igreja da Candelária no Rio de Janeiro, na saída da missa de sétimo dia pela morte do estudante Edson Luis Lima, no episódio conhecido como “Sexta-feira Sangrenta” (CARNEIRO; PONTES, 1968, p. 25). Em São Paulo, o confronto ocorreu entre estudantes Universidade de São Paulo (FFCL - USP) e Mackenzie na “Batalha da Maria Antônia” que resultou na morte do estudante José Carlos Guimarães (CARNEIRO; PONTES, 1968, p. 19). Também naquele ano ocorreu o “maior protesto público contra a ditadura militar”, a Passeata dos Cem Mil, que contou com ampla participação de estudantes, artistas e sociedade civil (ZAPA; SOTO, 2008, p. 145). Como reação às manifestações, o Regime Militar recrudesce e decreta o AI-5, que proibiu quaisquer manifestações públicas.

Luciano Martins (2004, p.16) analisou as manifestações juvenis brasileiras e francesas (Maio 68) no ano de 1968, como sendo uma reação à “cultura autoritária”, que é uma forma difusa de autoritarismo que se “transmite à sociedade pelas práticas cotidianas de censura, da violência policial,

da arrogância da burocracia, do desrespeito aos direitos individuais, da ocultação do processo decisório” que condiciona o comportamento dos indivíduos e sua interação com o mundo, além de sua “consciência crítica e sua capacidade de ação política”. Martins (2004, p. 17) identificou o surgimento da contracultura brasileira na “Geração A1-5”, a qual era formada por jovens de classe média ou alta, universitários, e que sem um contorno rígido, se manifestou contra a “cultura autoritária”. A contracultura brasileira se manifestou em duas alas antagônicas: a guerrilha, que é uma forma politicamente organizada e engajada e a desbundada que é marcada pelo uso de drogas como forma de escapismo.

Como não havia um contorno rígido, as alas engajada e desbundada imbricavam-se nas ações de resistência cultural, contracultural e política ao Regime Militar e sofreram igual tratamento repressivo das autoridades. Em síntese, para a Geração A1-5 a rua definitivamente não era “lugar de moleque”.

As manifestações juvenis que vimos, podem ser entendidas como *jogos* - na perspectiva de Huizinga-, que possuem um lugar específico para se desenrolar: a rua. Elas são representativas de um período de profundas mudanças socioculturais no ocidente, quando emergiu uma nova geração que contestou o *status quo* da cultura hegemônica.

Na década de sessenta, a tecnocracia e a alta cultura modernista começam a ser questionados por vários movimentos juvenis, como um fenômeno cosmopolita e transnacional, contra quaisquer “formas opressivas da racionalidade técnico-burocrática” (HARVEY, 1992, p. 44). A Revolução Cultural e Contracultural, dos anos 1960, favoreceu o surgimento de inúmeras pautas reivindicatórias, tais como: liberdade individual, contra a opressão tecnocrática industrial, contra abusos predatórios do avanço capitalista, pelos direitos civis, igualdade entre gêneros, pacifismo antinuclear e ecologismo (CARRANZA, 2013). Os movimentos juvenis trouxeram visões alternativas de mundo que ampliaram direitos: civis, das etnias e minorias, de gênero e direito à cidade e a rua.

Entendemos que as manifestações lúdicas em curso na Av. Paulista (2018) representam o legado das revoluções de 1968 – cenário nacional e internacional-, que tardaram a eclodir nas ruas brasileiras devido ao contexto adverso de censura e autocensura do Regime Militar (1964-1984), o qual potencializou a tradição colonial-imperial da rua como um lugar inapropriado. A geração 2018, ao contrário, reivindica seu direito à cidade, aos jogos urbanos e a “ação” na esfera pública, como veremos a seguir.

Av. Paulista: direto do *homo ludens*

No Brasil, o silêncio cultural, a censura, a autocensura e a ausência de jovens em manifestações públicas perdurariam até o fim do AI-5 e a vigência da Lei de Anistia (1979), quando tem início uma “nova Era para a cultura brasileira”, em direção à democracia após a promulgação da Constituição Cidadã (1988) (NAPOLITANO, 2008, p. 121) e culminando com as Jornadas de Junho (2013) pelo direito à cidade.

Com o fim da “cultura autoritária” do Regime Militar emergiu entre os netos da Geração AI-5, um novo perfil de jovens *homo ludens*, globalizados, conectados via internet e dispostos a discutir e exigir formas alternativas de vivência e fruição da cidade. Essa nova geração, ao reivindicar o seu protagonismo cidadão, passa a se aglutinar em grupos denominados “Coletivos” que surgiram na cidade de São Paulo e que ampliam sua participação na esfera pública da sociedade civil e reivindicam a liberdade de ocupar o espaço público para o convívio social na Urbe. Os Coletivos promovem manifestações culturais, contraculturais e políticas nos espaços públicos, entre eles podemos citar alguns: Baixo Centro, Bijari, A Batata Precisa de Você, Acupuntura Urbana, Movimento Passe Livre, Arrua, Metanol, Fora do Eixo, Marginaliaria, Mídia Ninja, Cidade Ativa e Sampa Pé. Com práticas semelhantes aos grupos da geração 1968 que vimos (I.S., Provo, Maio 68, Utopie e Movimento Estudantil) os Coletivos praticam o direito à cidade.

Uma das primeiras manifestações de Coletivos ocorreu em 2012, com o Festival Baixo Centro, cujo lema foi: “As ruas são para dançar”. Criado por iniciativa do coletivo Baixo Centro, o festival buscou ocupar os espaços público de maneira lúdica - arte, dança, teatro e brincadeiras. Segundo Thiago Carrapatoso⁷, o Baixo Centro, um dos organizadores do festival, se inspirou no grupo Provo holandês. Outra manifestação foi o evento apartidário “Existe amor em São Paulo”, que reuniu milhares de manifestantes na Praça Roosevelt, no centro da cidade que, em muitos aspectos, lembra as manifestações *hippies*, EUA, dos anos 1960. O coletivo Sampa Pé, à semelhança do Provo, defende a eliminação de veículos dos centros urbanos a fim de melhorar a experiência da caminhabilidade na cidade. A partir de 2012, o Sampa Pé se mobilizou pela abertura da Av. Paulista aos domingos (CARPEGIANI, 2016). No ano seguinte, 2013, o coletivo Movimento Passe Livre protagonizou uma manifestação pública sem precedentes: as Jornadas de Junho.

Maricato, no ensaio *É uma questão urbana, estúpido!*, analisa os integrantes das Jornadas de Junho como elementos pertencentes à classe média, universitários e conectados através das redes sociais. Para ela, não seria possível dissociar as razões objetivas e subjetivas daquele movimento da condição urbana e desigualdade social aprofundada pela Globalização e conclui com otimismo: “que

viva a moçada que ganhou as ruas. Se fizermos um bom trabalho pedagógico, teremos uma nova geração com uma nova energia para lutar contra a barbárie” (MARICATO, 2013, p. 26). Para Vainer (2013, p. 40), os jovens “querem outra cidade, outro espaço público”, pois o “jogo está aberto” para que outra cidade seja possível. As Jornadas de Junho reivindicaram uma cidade alternativa, ou seja, mais livre, igualitária e menos excludente-, ou um “novo mundo urbano”, ou seja, o “direito ativo de fazer a cidade diferente, de formá-la mais de acordo com nossas necessidades coletivas (por assim dizer), definir uma maneira alternativa de simplesmente ser humano” (HARVEY, 2013, p. 33). Na análise do filósofo Slavoj Žižek as Jornadas de Junho integram um contexto amplo de protestos, cuja causa principal é o capitalismo global (ŽIZEK, 2013, p. 101). A nosso ver, as Jornadas de Junho são uma espécie de Maio de 68 tardio, pois os jovens brasileiros – como os jovens do Maio de 68 e da Geração A1-5 - tomaram de assalto a cidade para exigir liberdade de ir e vir sem catracas no transporte público.

Algumas propostas dos Coletivos paulistanos encontraram terreno fértil na gestão do então secretário municipal, Nabil Bonduki, responsável pela Lei Nº 16.607 de 29 de dezembro de 2016, que garantiu o fechamento de ruas ao trânsito de automóveis, dentro do programa “Ruas Abertas” (SÃO PAULO, 2016).

A primeira experiência do programa foi implantada na Av. Paulista com a construção da ciclovia, o que possibilitou que a avenida se tornasse uma “centralidade lúdica” da cidade, nos termos de Lefebvre que vimos.

A abertura da avenida aos pedestres, portanto, segue a tendência do Planejamento Urbano do século XXI que, diferentemente do Urbanismo Moderno do século XX, busca ampliar o ciclismo e a caminhabilidade e reduzir o trânsito de veículos. Como defende o arquiteto e urbanista Jan Gehl (2015, p.29): “depois de cinquenta anos de “negligência com a dimensão humana, agora, no início de século XXI, temos necessidade urgente e vontade crescente de, mais uma vez, criar cidades para as pessoas”. O desafio de construir cidades para as pessoas é uma política necessária e “o custo de incluir a dimensão humana é tão modesto, que os investimentos nessa área são possíveis a cidades do mundo todo, independentemente do grau de desenvolvimento e de sua capacidade financeira”. A sensibilidade e visão de mundo de Gehl, também representa um legado geração de 1968. Em síntese, Gehl discorre sobre a amplitude do conceito sustentabilidade social:

A sustentabilidade social também tem uma importante dimensão democrática que prioriza acesso iguais para que encontremos ‘outras pessoas’ no espaço público. Um pré-requisito geral é o espaço público bem acessível, convidativo, que sirva como cenário atraente para encontros organizados ou informais (GEHL, 2015, p. 109)

Speck (2017, p.26), que corrobora a opinião de Gehl, completa: “prosperidade, saúde e sustentabilidade – são, não por coincidência, os três principais argumentos para tornar nossas cidades mais caminháveis”. Portanto, são fatores que associados potencializam a vivência no espaço público, tornando-o mais democrático e sustentável. Portanto, as mudanças da Av. Paulista vão ao encontro dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030 Global, especialmente o ODS 11: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

A Av. Paulista do século XXI se tornou palco de uma profusão de manifestações espontâneas e lúdicas onde todas as faixas culturais se encontram: cultura da juventude, cultura erudita, cultura popular, subculturas e contracultura. Ela se tornou um lugar onde é possível usufruir do “direito à diferença”, conforme Harvey (2013, p. 30): o direito à diferença é um dos mais preciosos direitos dos cidadãos. A cidade sempre foi um lugar de encontro, de diferença e de interação criativa, um lugar onde desordem tem seus usos e visões, formas culturais e desejos individuais concorrentes se chocam.”

O direito à diferença se opõe à tendência de segregar e excluir, ou mixofobia que tradicionalmente é uma das características mais marcantes de metrópoles como São Paulo. Segundo o filósofo Bauman (2009, p. 40) na maior conurbação do Brasil, São Paulo, a tendência “se manifesta da maneira mais brutal, despudorada e sem escrúpulos. Segregar e excluir estão intimamente relacionadas ao conceito de mixofobia, entendido como uma manifestação e um impulso “em direção às ilhas de identidade e de semelhanças” e que suas origens “são facilmente entendidas, embora não se possa dizer que sejam fáceis de justificar”; já mixofilia é definida pelo filósofo como a crença “no potencial humano para que um outro mundo seja possível” (BAUMAN, 2009, p. 91). Ainda segundo Bauman, “a cidade induz simultaneamente à mixofobia e à mixofilia, pois a vida urbana é “intrínseca e irremediavelmente ambivalente” e caberia aos arquitetos e planejadores contribuir para ampliar os espaços de mixofilia:

Na verdade, parece que os arquitetos e planejadores urbanos podem fazer muito para favorecer o crescimento da mixofilia e reduzir as ocasiões de reação mixofóbica diante dos desafios da vida urbana. Mas ao que tudo indica, também podem fazer muito – e na verdade estão fazendo – para favorecer o efeito oposto. (BAUMAN, 2009, p.86)

Por fim, a Av. Paulista (possibilita a experiência da *Deambulação* como prática estética, pois o caminhar seria um “instrumento estético capaz de descrever e modificar os espaços metropolitanos que muitas vezes apresentam uma natureza que ainda deve ser compreendida e preenchida de significados”, aqui na perspectiva de Francesco Careri (2018, p. 33).

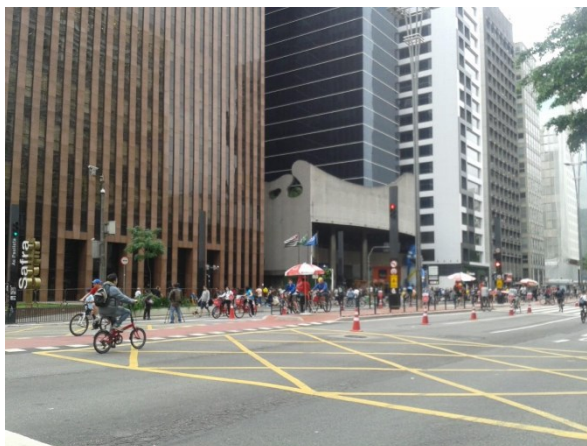
Nas várias observações da Av. Paulista (2018) foi possível constatar o legado de liberdade da geração de 1968 e a forma como *jogo* urbano é praticado: apresentações de grupos musicais de variadas tendências, tais como: os roqueiros Picanha de Chernobill (fig.1); Happening artístico-político, como por exemplo dos anônimos ciclistas com pintura corporal (fig.2); a ciclovia com bicicletas comunitárias vermelhas, cor de laranja e amarelas (fig.3) (como as Bicicletas Brancas do Provo) e os patinetes e monociclos motorizados; brincadeiras de bambolê, de amarelinha, ou de roda com adultos e crianças (fig.4); o ativismo solidário e voluntário, como o do Grupo Teto que recolhe donativos para construção de casas (fig. 5); apresentações circenses da Família Girasol; apresentações de diversas tendências da dança, como as bailarinas do Ballet clássico para deleite da multidão (fig. 6); e as apresentações dos cantores Sabrina Santos, Jonhathan Guedes (sósia de Tim Maia), e Marcos Henrique de Aguiar (interpretando Elvis Presley) além do exemplo de superação do cantor Marcos Bassi, que não possui os membros.



*Figura 1 Apresentação do grupo musical Picanha de Chernobill, defronte ao Citicorp, em 2015.
Foto: Acervo das autoras*



*Figura 2 Happening artístico-político, defronte ao MASP, em 2015
Foto: Acervo das autoras*



*Figura 3 Trecho da ciclovía, defronte ao Conjunto Nacional, 2015.
Foto: Acervo da autora*



*Figura 4 Brincadeira de roda, defronte ao parque Trianon, 2016.
Foto: Acervo da autora*



*Figura 5 Grupo Teto, em manifestação defronte ao vão livre do MASP, 2017.
Foto: Acervo da autora*



Figura 6 Bailarina se apresentando defronte ao edifício Gazeta, 2018.
Foto: Acervo da autora

Os exemplos acima citados são uma pequena amostra do *jogo* que é praticado semanalmente na Av. Paulista. O lugar onde o cidadão vivencia o *Direito à cidade*, o direito à diferença e pratica a mixofilia ao compartilhar experiências de diversas faixas culturais que, podem contribuir para a sustentabilidade social e fortalecer a cultura de paz. A avenida permite que o cidadão se aproprie do *espaço da ação* – aqui no sentido de Arendt. Também é o lugar para o *homo ludens* praticar a festa renovada e a invenção lúdica nos termos de Lefebvre:

A centralidade lúdica tem suas implicações: restringir o sentido da obra trazido pela arte e pela filosofia – dar ao tempo prioridade sobre o espaço, não sem considerar que o tempo bem se inscrever e se escrever num espaço – por a apropriação acima do domínio. (LEFEBVRE, 1968, p. 122).

Considerações finais

A Av. Paulista que caracterizou a modernidade do século XIX, quando nasceu residencial, horizontal, homogênea, segregada do centro da cidade seguindo o modelo de cidade burguesa; e que no século XX manteve seu perfil elitista, homogêneo, comercial, vertical, seguindo o modelo da cidade moderna e dos negócios, hoje se transforma em símbolo da modernidade do século XXI, de cidade-inteligente, igualitária, libertária e sustentável.

As transformações da avenida revelam camadas de significados imbricados. No plano físico, a construção da ciclovia e abertura da via aos domingos e feriados permitiu novas formas de fruição da avenida: deambulação, passeio de bicicleta, de patins e de patinetes etc., diversas brincadeiras, encontros e manifestações políticas que somadas ampliam a qualidade de vida dos paulistanos. Tais questões, somadas à inauguração de novos equipamentos culturais como: Japan House, Instituto Moreira Sales e SESC, estão caracterizando a avenida como uma espécie de corredor cultural. No plano simbólico, Av. Paulista é o lugar de convergência e de manifestações de matizes e tamanhos diferentes.

Acreditamos as transformações são legados da geração 1968, quando surgiram novos conceitos sobre o espaço urbano, em especial: *Direito à cidade* e *Centralidade lúdica*; *Derivas e Situações*; Deambulação, que são decorrentes de visões de mundo alternativas e contraculturais em relação ao *status quo* sociocultural.

Entendemos, que a Av. Paulista é um lugar propício à socialização, à Deambulação como experiência estética, às Derivas e à Construção de Situações, à prática do *Jogo urbano*, do Teatro espontâneo e do Direito à cidade, também é o lugar do Direito à diferença e da *mixofilia*, da ação na esfera pública e da fruição do *Homo ludens*.

Concluimos que Av. Paulista é um exemplo de **centralidade lúdica** da cidade de São Paulo, espaço *Vita activa* que entrou em xeque no contexto de pandemia que vivenciamos desde 2020.

Notas:

1 Mu'leke, cujo significado etimológico designa menino travesso, menino que vive na rua.

2 A palavra inglesa *Counterculture* foi incorporada ao Oxford Dictionary, em 1968 - ano emblemático para a cultura jovem ocidental - para designar movimentos juvenis que ocorriam em vários países, como as manifestações da *New Left* norte americana, o movimento hippie e o emblemático Maio de 68 na França. A palavra foi cunhada pelo sociólogo norte americano Theodore Rozaak, em seu artigo "*The Counter Culture*", publicado em 25 março de 1968.

3 Cf. CARRANZA, Edite Galote. Maio 68: cultura e contracultura. Revista 5% arquitetura + arte, São Paulo, ano 13, volume 2, número 15, pp.92.1 - 92.15, jan. jul. 2018. disponível em <http://revista5.arquitetonica.com/index.php/uncategorised/maio-de-68-cultura-e-contracultura>

4 Tradução nossa do original em francês.

5 Segundo esclarece Huizinga: "o *potlatch* é uma grande festa solene [...] um festival de donativos que domina toda a vida comunitária das tribos que o praticam". Neste festival há uma disputa entre as tribos para saber qual daria um *potlatch* maior. Cf. Cf. HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2010, p.66.

6 A tradução da palavra jogo da obra de Huizinga conforme nota da tradução da obra: "A diferença entre as principais línguas europeias (onde *spielen*, *to play*, *jouer* lugar significam tanto jogar quanto brincar) e a nossa nos obriga frequentemente a escolher um ou outro destes dois, sacrificando assim à exatidão da tradução uma unidade terminológica que só naqueles idiomas seria possível." *Ludus*, termo equivalente a jogo em latim, desaparece nas línguas românicas e não deixa nelas vestígio. Cf. (Huizinga, 2008, p. 42).

7 Informação pessoal, declaração no evento "Outras Urbanidades", Universidade São Judas, 22 de maio de 2015.



Referências

- ARENDR, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.
- BAUMAN, Z. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BUCKLEY, C. *Utopie: texts and projects 1967-1978*. Edited by Craig Buckley and Jean-Louis Violeau. London: MIT Press, 2011.
- CARNEIRO, M.; PONTES, J. *1968, do sonho ao pesadelo*. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1968.
- CARPEGIANI, F. *Sampa pé: o movimento por trás da abertura da Paulista para pessoas*. São Paulo São. Disponível em: <https://saopaulosao.com.br/causas/1315-sampap%C3%A9-o-movimento-por-%20tr%C3%A1s-da-abertura-da-paulista-para-pessoas.html> Acesso em: 28/9/2021
- CARERI, Francesco. *Walkscapes: o caminhar como prática estética*. São Paulo: Editora G.Gilli, 2013.
- CARRANZA, E.G.R. *Arquitetura Alternativa: 1956-1979*. Tese (Doutorado em Arquitetura) Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- CARRANZA, E.G.R. Maio 68: cultura e contracultura. *5% Arquitetura + Arte*, São Paulo, ano 13, v.2, n. 15, e92, p. 92, jan./ jul., 2018. Disponível em: <http://revista5.arquitetonica.com/index.php/uncategorised/maio-de-68-cultura-e-contracultura> Acesso em 28/9/2021.
- DEBORD, G. *Guy Debord présente Potlatch: 1954-1957*, Paris, Gallimard, 1996.
- FERRY, Luc; RENAUT, Alain. *Pensamento 68: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo*. São Paulo: Ensaio, 1988.
- FREYRE, G. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2004.
- GEHL, J. *Cidades para pessoas*. 3ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- GUARNACCIA, M. *Provos: Amsterdã e o nascimento da contracultura*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2001.
- HABERT, N. *A década de 70 Apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. 3ed. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- _____. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HOBBSAWM, E. *Era dos extremos: o Breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.



HOME, S. *Assalto à cultura. Utopia subversão guerrilha na (anti) arte do século XX*. São Paulo: Conrad, Editora do Brasil, 1999.

HUIZINGA, J. *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

JAEGER, W. *Paideia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KHAYATI, M. *A miséria do meio estudantil – Considerado em Seus aspectos Econômico, Político, Psicológico, Sexual e, mais Particularmente Intelectual e Sobre Alguns meios para remediá-la.*[In]: *Situacionista: Teoria e prática da revolução. Internacional Situacionista*. São Paulo: Coleção Baderna, Conrad Editora do Brasil, 2002.

LARAIA, R.B. *Cultura um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

LEFORT, Claude; CASTORIADIS, Cornelius; MORIM, Edgar. *Maió de 68: a brecha*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

LEVEBVRE, H. Lefebvre fala dos Estudantes, na explosão de Maio em França e de Marcuse. [In] *Revista Civilização Brasileira*, ano IV, n. 19 e 20, maio/agosto, 1968, p.91-98.

LEVEBVRE, H. *Direito à cidade*. São Paulo: Editora Documentos, 1969.

LEVEBVRE, H. *A internacional Situacionista* [In] COHN, S.; PIMENTA, H. *Maió de 68*. Coleção Encontros, Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.

PIMENTEL, B.L.E. *Avenida Paulista: observações sobre arquitetura, cultura e sustentabilidade no contexto século XXI*. Dissertação de mestrado, Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2019.

MARCUSE, H. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento e Freud*. 5ª.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

MARCUSE, H. *Ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARCUSE, H. *Cultura e psicanálise*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

MARCUSE, H. *The New Left and the 1960s*. New York: Collected Papers of Herbert Marcuse, vol. III, Edited by Douglas Kellner, 2005.

MARICATO, E. *É uma questão urbana, estúpido!* [In] *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações Que Tomaram as Ruas do Brasil*, São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, L. *A Geração AI-5 e Maio de 68: Duas manifestações intransitivas*. Rio de Janeiro, 2004.

MORIN, E. *O jogo em que tudo mudou*. [In] COHN, S.; PIMENTA, H.(org) *Maió de 68*. Rio de Janeiro, Beco do Azougue, 2008.

NAPOLITANO, M. *Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980)*. São Paulo: Contexto, 3ª. Ed., 2008.



OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PIMENTEL, Bruna E. L.; CARRANZA, Edite Galote. Uma discussão sobre as transformações recentes da Avenida Paulista. *5% Arquitetura + Arte*, São Paulo, ano 15, v. 01, n.19, e133, p. 1-16, jun./jun./2020. Disponível em: <http://revista5.arquitetonica.com/index.php/magazine-1/arquitetura/uma-discussao-sobre-as-transformacoes-recentes-da-avenida-paulista>. Acesso em: 28/9/2021

ROSZAK, T. *A contracultura: Reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1972.

ROSZAK, T. The Counterculture, *The nation*, Nova York, março, 1968.

SAMUEL, A. A Revolta dos estudantes. *Revista Civilização brasileira*, ano IV, no. 19 e 20 – mai-ago, 1968, p. 101-129

SPECK, J. *Cidade caminhável*. São Paulo: Perspectiva, 2017.

SÃO PAULO (cidade). Decreto Lei Nº 16.607, de 29 de dezembro de 2016. Institui o Programa Ruas Abertas e altera a Lei nº 12.879, de 13 de julho de 1999, revoga a Lei nº 12.273, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências. São Paulo: Câmara Municipal, [2016]. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16607-de-29-de-dezembro-de-2016/>, acesso em 24/09/2018.

TOLEDO, B.L. *Álbum Iconográfico da Avenida Paulista*. São Paulo: ExLibris, 1987.

VAINER, C. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações Que Tomaram as Ruas do Brasil*, São Paulo: Boitempo, 2013.

ZAPPA, R.; SOTO, E. *Eles só queriam mudar o mundo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

Sobre os autores:

Edite Galote Carranza

Universidade São Judas Tadeu, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0223302717584477> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7807-8647>

E-mail: edite.galote.carranza@gmail.com

Os autores contribuíram igualmente para a redação do artigo.

